

Direitos humanos na escola

Comissão de Educação da Câmara quer incluir tema nos currículos

PROPOSTA ESTÁ SENDO DISCUTIDA POR SEMINÁRIO REUNINDO GOVERNO E VÁRIOS ESPECIALISTAS

CAROLINA NOGUEIRA

Direitos Humanos se aprende na escola. Pelo menos é essa a aposta das comissões de Direitos Humanos e Educação da Câmara Federal. Em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, as duas comissões realizaram ontem o seminário "Educação em Direitos Humanos", do qual pretendem extrair uma política nacional sobre o tema, que deverá inspirar desde os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação - o documento que define quais os assuntos que devem ser abordados em sala de aula - até o treinamento dos policiais federais, militares e civis.

Para o secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Gilberto Sabóia, o grande passo a ser dado é a desburocratização da lei. "Temos de disseminar a idéia de

que todos nascem livres e iguais, não apenas lendo a lei e interpretando-a, mas usando-a para transformar seres humanos", disse Sabóia. A idéia é grandiosa, e por isso mesmo exige um trabalho a longo prazo e em várias frentes. "O debate deve atingir a população em todos os níveis", disse o presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Marcos Rolim (PT/RS), que ressalta que o Brasil é um dos poucos países da América do Sul que não tem uma política nacional sobre o tema.

Grande parte da platéia era formada por professores e diretores de escolas e universidades. "Esperamos poder retomar os Direitos Humanos não como uma matéria a mais, mas sim um tema transversal, que será embutido em todas as disciplinas, de matemática a ciências", disse Rolim (PT/RS). No setor de segurança pública, sempre cobrado pela sociedade na aplicação dos Direitos Humanos, os educadores também estão antenados. Já há quatro anos a Academia de Polícia Federal de Brasília vem oferecendo a seus treinandos uma matéria sobre o assunto. "Temos o maior interesse em difundir ao máximo o respeito ao direitos do ser humano, pois é esse respeito que vai

qualificar o trabalho da polícia, que vai tornar a entidade admirada ou odiada", disse Sérgio Fidélis Fontoura, diretor da Academia de Polícia Federal, que espera abolir a imagem do policial amendrontador.

"A atividade policial é feita em nome do Estado, e por isso mesmo não se pode ultrapassar os poderes conferidos pela lei", completou, alertando que o trabalho tem de ser muito bem feito, pois o clima de stress em que vive o policial brasileiro é propício ao desrespeito aos Direitos Humanos. "Por isso a formação é dada nas Academias, para que o policial já se forme com uma postura, sabendo agir dentro de suas possibilidades, sem a pretensão de fazer justiça com as próprias mãos", disse Fontoura. "O policial é um profissional como outro qualquer, como um médico é frio ao operar um paciente, o policial tem de ser frio ao prender um assassino", disse.

O seminário gerou um documento com intenções que deverá continuar a ser debatido dentro do Congresso Nacional. A idéia, segundo o deputado Rolim, é criar vários mecanismos para garantir o efetivo cumprimento da lei de Direitos Humanos, que até agora só existe no papel.



SABÓIA afirma que é preciso disseminar os direitos humanos

ICHIRO GUERRA